

Bahia Ferrovias S.A.

Demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente

Índice

2	Relatório da Administração
5	Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
10	Balanco patrimonial
11	Demonstração do resultado
12	Demonstração do resultado abrangente
13	Demonstração das mutações do patrimônio líquido
14	Demonstração dos fluxos de caixa
15	Demonstração do valor adicionado
16	Notas explicativas às demonstrações contábeis
41	Composição da Diretoria e Contador Responsável Técnico
42	Declaração da Diretoria sobre as demonstrações contábeis
43	Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes

Relatório da Administração

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais)

Contexto

A Bahia Ferrovias S.A. ("Bahia Ferrovias" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 19 de julho de 2021, com o objetivo de explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, nos termos, prazos e condições estabelecidos no Contrato de Subconcessão entre a Companhia e a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"). A sede social da Companhia está localizada na Avenida Magalhães Neto, 1.752, edifício Lena Empresarial, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

FIOL 1

Em 3 de setembro de 2021, foi assinado o Contrato de Subconcessão da exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, denominada de Ferrovia de Integração Oeste-Leste ("FIOL"), entre a União, representado pela ANTT e a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. ("VALEC"), denominada interveniente e subconcedente e a Companhia, na qualidade de subconcessionária, para a construção e prestação de serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da FIOL, por um período de 35 anos, a contar a partir da data da assinatura, não postergável.

Anteriormente à subconcessão, o empreendimento FIOL, estava sendo executado pela VALEC, empresa pública vinculada ao Ministério de Infraestrutura ("MINFRA"). O projeto completo da FIOL compreende o trecho entre os municípios de Ilhéus, no estado da Bahia, e o município de Figueirópolis, no estado de Tocantins, numa extensão de 1.527 km. O trecho 1 da ferrovia ("FIOL 1") subconcessionado para a Companhia vai de Caetité a Ilhéus, passando por 19 municípios na Bahia ao longo de 537 quilômetros.

Desde o início da subconcessão da FIOL 1, a Companhia vem despendendo seus recursos em: (a) obras iniciais de infraestrutura e superestrutura ferroviárias; (b) revisão dos projetos fundamentais de engenharia; (c) desapropriações de áreas que impactam na finalização da construção da infraestrutura da malha ferroviária; (d) contratações de serviços de aprimoramento dos estudos e avaliações econômicas-financeiras do projeto de exploração, (e) manutenção e conservação da infraestrutura ferroviária concluída pelo Poder Concedente e (f) manutenção das condicionantes das licenças e permissões da Companhia, os quais, de acordo com as estimativas iniciais, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

O prazo previsto em contrato para finalização das obras de construção da infraestrutura da malha ferroviária e o consequente início das operações é de cinco anos da data da assinatura do contrato. Em outubro de 2022, a Bahia Ferrovias requereu a prorrogação por 1 ano das obrigações não financeiras junto à ANTT, referente aos investimentos com prazos determinados. O pedido de extensão do prazo contratual fundamentou-se no artigo 65 da Lei nº 14.273/2021 ("Lei das Ferrovias"), que trata dos investimentos com prazos determinados. Em resposta, a ANTT reconheceu que o direito de prorrogação conferido pela Lei das Ferrovias aplica-se automaticamente às concessões, independentemente de ajustes contratuais. Após diversas tratativas administrativas entre as partes, diante da divergência de posicionamento entre a ANTT e a Companhia quanto a incidência do Acréscimo à Outorga decorrente da postergação das obrigações não financeiras com base na referida norma, em 31 de março de 2025, foi firmado, unilateralmente, o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Subconcessão, prorrogando os prazos para conclusão de obrigações não financeiras assumidas pela Subconcessionária por ocasião da celebração do Contrato de Subconcessão, com previsão de eventual incidência de Acréscimo à Outorga, caso os investimentos com prazo determinado não sejam concluídos nos prazos originalmente estabelecidos no Caderno de Obrigações do Contrato de Subconcessão da FIOL 1.

Em abril de 2025, a Companhia comunicou a conclusão das obras iniciais da FIOL 1, sendo a retomada das obras subsequentes condicionada à definição da estrutura de capital requerida para viabilizar o avanço da próxima etapa das obras da FIOL 1.

Relatório da Administração

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais)

Contexto (continuação)

Ainda em abril de 2025, a Companhia encaminhou ao Ministério dos Transportes pedido para discussão de temáticas econômico-financeiras em torno do Contrato de Subconcessão da FIOL 1. Como forma de superar os entraves à implantação da FIOL 1, foi proposta a instituição de um Grupo de Trabalho, o qual teria o propósito de debater e realizar estudos voltados ao aprimoramento e otimização do Contrato de Subconcessão da FIOL 1, bem como à recomposição de seu equilíbrio econômico-financeiro.

Em junho de 2025, o Ministério dos Transportes editou a Portaria nº 480, por meio da qual instituiu Grupo de Trabalho destinado a avaliar a execução do Contrato de Subconcessão da FIOL 1, evidenciando a relevância e a complexidade das questões relacionadas ao cumprimento das obrigações contratuais da Companhia.

Em março de 2026, o referido Grupo de Trabalho apresentou recomendações de ações à ANTT, bem como propostas de encaminhamento sobre a matéria. Não obstante a recomendação inicial de remodelagem do Contrato de Subconcessão, mostra-se necessário aguardar a definição, pelo Poder Concedente, quanto ao modelo regulatório a ser adotado. Até o momento, não há prazo estabelecido para a apresentação dessa definição. Assim, não é possível, por ora, mensurar os eventuais impactos financeiros decorrentes da recomendação de remodelagem do Contrato de Subconcessão da FIOL 1.

Projeto PdF

O Projeto Pedra de Ferro (“Projeto PdF”) permanece em fase de conservação e manutenção de seus ativos, enquanto a Administração da Bahia Mineração (“BAMIN”) revisa o cronograma de obras para viabilizar o avanço das etapas subsequentes do projeto.

A Administração da BAMIN mantém seu compromisso com a evolução das próximas fases do Projeto PdF, com a expectativa de iniciar a produção e operação até 2031. Essa expansão do Projeto PdF será viabilizada pela integração dos três segmentos de atuação da BAMIN – Mina, Ferrovia e Porto – cujas obras iniciais foram concluídas em conformidade com o cronograma estabelecido.

Com a conclusão das obras iniciais do Projeto PdF, a Administração da BAMIN segue revisando o cronograma de desenvolvimento, com o objetivo de estruturar as ações necessárias para o início de uma nova etapa de obras e construções. Nesse contexto, o Projeto PdF permanece em período de conservação e manutenção da Mina Pedra de Ferro (“Mina PdF”), da FIOL 1 e do Porto Sul. Essa fase transitória, iniciada em abril 2025, deverá se estender até que seja definida a estrutura de capital necessária para viabilizar o avanço da próxima etapa do Projeto.

Nesse sentido, os investimentos realizados e previstos para o Projeto PdF refletem a visão estratégica da Companhia de consolidar um corredor logístico eficiente, sustentável e integrado, capaz de impulsionar a competitividade do minério de ferro da BAMIN no mercado internacional.

Para os próximos períodos, a Administração da Companhia mantém uma perspectiva positiva, sustentada pelo apoio contínuo do acionista controlador e pela crescente demanda global por minério de ferro de alta qualidade. **A BAMIN permanece comprometida com a execução de seu plano de negócios, realizando de forma diligente todas as atividades de conservação e manutenção da Mina PdF, da FIOL 1 e do Porto Sul. A Companhia também assegura o cumprimento integral de suas obrigações socioambientais, garantindo a regularidade dos licenciamentos do Projeto PdF e reforçando seu compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento responsável.**

Além disso, **o Grupo ERG continua empenhado na busca por investidores estratégicos que possam contribuir para a implantação e consolidação do Projeto Pedra de Ferro, com vistas à geração de valor sustentável.**

Relatório da Administração

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais)

Capital social e resultado do exercício

O capital social autorizado está representado por 639.501.851 (seiscentos e trinta e nove milhões, quinhentos e um mil, oitocentos e cinquenta e um) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo valor totalmente integralizado corresponde à R\$ 639.502.

A Companhia tem prejuízo acumulado no valor de R\$ 201.193 (2024, R\$ 146.031) e apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 8.829 (2024, R\$ 15.835). A Companhia conta com a intenção do Grupo ERG, através do acionista controlador BAMIN, para fornecer recursos necessários para a continuidade de suas atividades.

Continuidade operacional

A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação a intenção não vinculante do suporte financeiro de seu acionista controlador, enquanto a Companhia permanecer como subsidiária indireta da controladora final, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para obter os recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos, bem como dos eventos mencionados na nota anterior, em sua plenitude e em um período apropriado são considerados julgamentos críticos pela Administração da Companhia.

Responsabilidade da Administração

Confirmamos com o melhor de nosso conhecimento que as demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho das operações e os fluxos de caixa, juntamente com as descrições dos principais riscos e incertezas que a Companhia enfrenta.

Diretores

Os diretores em exercício durante o período das demonstrações contábeis, bem como até a data de sua assinatura, em 15 de maio de 2026, estão indicados a seguir:

Eduardo Ledsham

Eduardo Ledsham

Diretor

Pedro Machado

Pedro Machado

Diretor

Veronica Dittebrandt

Veronica Dittebrandt

Diretora



Shape the future
with confidence

Edifício Mundo Plaza
Av. Tancredo Neves, 620
34º andar - Caminho das Árvores
41820-020 - Salvador - BA - Brasil
[Tel:+55 71 2202-6135](tel:+557122026135)
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos diretores e acionistas da
Bahia Ferrovias S.A.
Salvador - Bahia.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bahia Ferrovias S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações contábeis, que descreve que o Projeto Pedra de Ferro - projeto que envolve a extração e beneficiamento de minério de ferro em Caetitê (BA), transporte através da Ferrovia de Integração Oeste Leste (“FIOL 1”) até o Porto Sul, localizado em Ilhéus (BA), para exportação – entrou em um período de manutenção. Essa fase deverá se estender até que ocorra (i) a entrada de investidores estratégicos; e (ii) definição, pelo Poder Concedente, quanto ao modelo regulatório e financeiro a ser adotado para o Contrato de Subconcessão da FIOL 1. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos divulgados na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Edifício Mundo Plaza
Av. Tancredo Neves, 620
34º andar - Caminho das Árvores
41820-020 - Salvador - BA - Brasil
[Tel:+55 71 2202-6135](tel:+55712202-6135)
ey.com.br

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração contábil do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Edifício Mundo Plaza
Av. Tancredo Neves, 620
34º andar - Caminho das Árvores
41820-020 - Salvador - BA - Brasil
[Tel:+55 71 2202-6135](tel:+55712202-6135)
ey.com.br

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Edifício Mundo Plaza
Av. Tancredo Neves, 620
34º andar - Caminho das Árvores
41820-020 - Salvador - BA - Brasil
Tel:+55 71 2202-6135
ey.com.br

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 15 de maio de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O


Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC BA-025348/O

Balanço patrimonial

31 de dezembro

(em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	923	2.009
Adiantamentos		-	6.373
Tributos a recuperar	6	2.473	11.817
Despesas antecipadas	7	5.168	3.679
Outros ativos		25	2
		8.589	23.880
Não circulante			
Depósitos judiciais	8	3.484	3.961
Outros ativos		-	117
		3.484	4.078
Imobilizado			
Direito de uso	9	539.244	461.689
Intangível	10	29.558	29.613
	11	165	226
		568.967	491.528
Total do ativo		581.040	519.486
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	12.226	30.864
Obrigações tributárias e sociais	13	3.873	6.391
Partes relacionadas	14	1.306	2.446
Outros passivos		14	12
		17.419	39.715
Não Circulante			
Provisões para contingências	15	182	-
		182	-
Total do passivo		17.601	39.715
Patrimônio líquido			
Capital social	16 (a)	639.502	595.502
Adiantamento para futuro aumento de capital	16 (b)	125.131	30.300
Prejuízos acumulados		(201.194)	(146.031)
		563.439	479.771
Total do passivo e patrimônio líquido		581.040	519.486

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

Demonstração do resultado do exercício

Exercício findo em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Despesas gerais e administrativas	17	(56.592)	(68.579)
Outras receitas (despesas), líquidas	18	91	(24)
Prejuízo operacional		(56.501)	(68.603)
Receitas financeiras		1.406	11.648
Despesas financeiras		(68)	(76)
Resultado financeiro	19	1.338	11.572
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(55.163)	(57.031)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo do exercício		(55.163)	(57.031)
Prejuízo básico e diluído por ação básico (em R\$)	20	(0,09)	(0,10)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(55.163)	(57.031)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(55.163)	(57.031)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2024		595.502	-	(89.000)	506.502
Adiantamento para futuro aumento de capital	16 (b)	-	30.300	-	30.300
Prejuízo do exercício		-	-	(57.031)	(57.031)
Em 31 de dezembro de 2024		595.502	30.300	(146.031)	479.771
Adiantamento para futuro aumento de capital	16 (b)	-	138.831	-	138.831
Integralização de capital	16 (b)	44.000	(44.000)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(55.163)	(55.163)
Em 31 de dezembro de 2025		639.502	125.131	(201.194)	563.439

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(55.163)	(57.031)
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício			
Depreciação e amortização	9 e 11	855	882
Baixa de ativo imobilizado	9	-	372
Provisão para contingências	15	182	-
Variações no capital circulante			
Adiantamentos		6.373	(3.059)
Tributos a recuperar		9.344	4.312
Despesas antecipadas		(1.489)	(987)
Depósitos judiciais		477	(271)
Fornecedores		(25.215)	(24.497)
Obrigações tributárias e sociais		(2.518)	(1.440)
Partes relacionadas		(1.140)	1.931
Outros ativos e passivos		96	206
Caixa líquido usado nas atividades operacionais		(68.198)	(79.582)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	9	(70.838)	(194.263)
Aquisição de direito de uso	10	(880)	-
Aquisição de intangível	11	(1)	(99)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(71.719)	(194.362)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	16 (b)	138.831	30.300
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento		138.831	30.300
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(1.086)	(243.644)
Caixa e equivalentes de caixa no início de exercício	5	2.009	245.653
Caixa e equivalentes de caixa no final de exercício	5	923	2.009

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receita		96	349
Outras receitas		96	349
Insumos adquirido de terceiro		(30.390)	(33.256)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(30.390)	(33.256)
Valor adicionado bruto		(30.295)	(32.907)
Depreciação e amortização	9, 10 e 11	(855)	(882)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		(31.149)	(33.789)
Recebido de terceiros			
Receita financeira	19	1.406	11.648
Valor adicionado recebido em transferências		1.406	11.648
Valor adicionado total a distribuir		(29.743)	(22.141)
Pessoal e encargos			
Remuneração direta		13.142	18.225
Benefícios		6.593	9.472
FGTS		1.142	1.484
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		4.426	5.555
Municipais		50	78
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras	19	67	76
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízos do exercício		(55.163)	(57.031)
Distribuição do valor adicionado		(29.743)	(22.141)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis da Companhia.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Bahia Ferrovias S.A. ("Bahia Ferrovias" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, constituída em 19 de julho de 2021, com o objetivo de explorar em caráter de exclusividade, por concessão onerosa, a construção e a prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, nos termos, prazos e condições estabelecidos no Contrato de Subconcessão entre a Companhia e a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"). A sede social da Companhia está localizada na Avenida Magalhães Neto, 1.752, edifício Lena Empresarial, Pituba, Salvador, Bahia, Brasil.

FIOL 1

Em 3 de setembro de 2021, foi assinado o Contrato de Subconcessão da exploração da infraestrutura da malha ferroviária da EF-334, no trecho compreendido entre os municípios de Ilhéus e Caetité, no estado da Bahia, denominada de Ferrovia de Integração Oeste-Leste ("FIOL"), entre a União, representado pela ANTT e a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. ("VALEC"), denominada interveniente e subconcedente e a Companhia, na qualidade de subconcessionária, para a construção e prestação de serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura da FIOL, por um período de 35 anos, a contar a partir da data da assinatura, não postergável.

Anteriormente à subconcessão, o empreendimento FIOL, estava sendo executado pela VALEC, empresa pública vinculada ao Ministério de Infraestrutura ("MINFRA"). O projeto completo da FIOL compreende o trecho entre os municípios de Ilhéus, no estado da Bahia, e o município de Figueirópolis, no estado de Tocantins, numa extensão de 1.527 km. O trecho 1 da ferrovia ("FIOL 1") subconcessionado para a Companhia vai de Caetité a Ilhéus, passando por 19 municípios na Bahia ao longo de 537 quilômetros.

Desde o início da subconcessão da FIOL 1, a Companhia vem despendendo seus recursos em: (a) obras iniciais de infraestrutura e superestrutura ferroviárias; (b) revisão dos projetos fundamentais de engenharia; (c) desapropriações de áreas que impactam na finalização da construção da infraestrutura da malha ferroviária; (d) contratações de serviços de aprimoramento dos estudos e avaliações econômicas-financeiras do projeto de exploração, (e) manutenção e conservação da infraestrutura ferroviária concluída pelo Poder Concedente e (f) manutenção das condicionantes das licenças e permissões da Companhia, os quais, de acordo com as estimativas iniciais, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

O prazo previsto em contrato para finalização das obras de construção da infraestrutura da malha ferroviária e o consequente início das operações é de cinco anos da data da assinatura do contrato. Em outubro de 2022, a Bahia Ferrovias requereu a prorrogação por 1 ano das obrigações não financeiras junto à ANTT, referente aos investimentos com prazos determinados. O pedido de extensão do prazo contratual fundamentou-se no artigo 65 da Lei nº 14.273/2021 ("Lei das Ferrovias"), que trata dos investimentos com prazos determinados. Em resposta, a ANTT reconheceu que o direito de prorrogação conferido pela Lei das Ferrovias aplica-se automaticamente às concessões, independentemente de ajustes contratuais. Após diversas tratativas administrativas entre as partes, diante da divergência de posicionamento entre a ANTT e a Companhia quanto a incidência do Acréscimo à Outorga decorrente da postergação das obrigações não financeiras com base na referida norma, em 31 de março de 2025, foi firmado, unilateralmente, o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Subconcessão, prorrogando os prazos para conclusão de obrigações não financeiras assumidas pela Subconcessionária por ocasião da celebração do Contrato de Subconcessão, com previsão de eventual incidência de Acréscimo à Outorga, caso os investimentos com prazo determinado não sejam concluídos nos prazos originalmente estabelecidos no Caderno de Obrigações do Contrato de Subconcessão da FIOL 1.

Em abril de 2025, a Companhia comunicou a conclusão das obras iniciais da FIOL 1, sendo a retomada das obras subsequentes condicionada à definição da estrutura de capital requerida para viabilizar o avanço da próxima etapa das obras da FIOL 1.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contexto (continuação)

Ainda em abril de 2025, a Companhia encaminhou ao Ministério dos Transportes pedido para discussão de temáticas econômico-financeiras em torno do Contrato de Subconcessão da FIOL 1. Como forma de superar os entraves à implantação da FIOL 1, foi proposta a instituição de um Grupo de Trabalho, o qual teria o propósito de debater e realizar estudos voltados ao aprimoramento e otimização do Contrato de Subconcessão da FIOL 1, bem como à recomposição de seu equilíbrio econômico-financeiro.

Em junho de 2025, o Ministério dos Transportes editou a Portaria nº 480, por meio da qual instituiu Grupo de Trabalho destinado a avaliar a execução do Contrato de Subconcessão da FIOL 1, evidenciando a relevância e a complexidade das questões relacionadas ao cumprimento das obrigações contratuais da Companhia.

Em março de 2026, o referido Grupo de Trabalho apresentou recomendações de ações à ANTT, bem como propostas de encaminhamento sobre a matéria. Não obstante a recomendação inicial de remodelagem do Contrato de Subconcessão, mostra-se necessário aguardar a definição, pelo Poder Concedente, quanto ao modelo regulatório a ser adotado. Até o momento, não há prazo estabelecido para a apresentação dessa definição. Assim, não é possível, por ora, mensurar os eventuais impactos financeiros decorrentes da recomendação de remodelagem do Contrato de Subconcessão da FIOL 1.

Projeto PdF

O Projeto Pedra de Ferro (“Projeto PdF”) permanece em fase de conservação e manutenção de seus ativos, enquanto a Administração da Bahia Mineração (“BAMIN”) revisa o cronograma de obras para viabilizar o avanço das etapas subsequentes do projeto.

A Administração da BAMIN mantém seu compromisso com a evolução das próximas fases do Projeto PdF, com a expectativa de iniciar a produção e operação até 2031. Essa expansão do Projeto PdF será viabilizada pela integração dos três segmentos de atuação da BAMIN – Mina, Ferrovia e Porto – cujas obras iniciais foram concluídas em conformidade com o cronograma estabelecido.

Com a conclusão das obras iniciais do Projeto PdF, a Administração da BAMIN segue revisando o cronograma de desenvolvimento, com o objetivo de estruturar as ações necessárias para o início de uma nova etapa de obras e construções. Nesse contexto, o Projeto PdF permanece em período de conservação e manutenção da Mina Pedra de Ferro (“Mina PdF”), da FIOL 1 e do Porto Sul. Essa fase transitória, iniciada em abril 2025, deverá se estender até que seja definida a estrutura de capital necessária para viabilizar o avanço da próxima etapa do Projeto.

Nesse sentido, os investimentos realizados e previstos para o Projeto PdF refletem a visão estratégica da Companhia de consolidar um corredor logístico eficiente, sustentável e integrado, capaz de impulsionar a competitividade do minério de ferro da BAMIN no mercado internacional.

Para os próximos períodos, a Administração da Companhia mantém uma perspectiva positiva, sustentada pelo apoio contínuo do acionista controlador e pela crescente demanda global por minério de ferro de alta qualidade. A BAMIN permanece comprometida com a execução de seu plano de negócios, realizando de forma diligente todas as atividades de conservação e manutenção da Mina PdF, da FIOL 1 e do Porto Sul. A Companhia também assegura o cumprimento integral de suas obrigações socioambientais, garantindo a regularidade dos licenciamentos do Projeto PdF e reforçando seu compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento responsável.

Além disso, o Grupo ERG continua empenhado na busca por investidores estratégicos que possam contribuir para a implantação e consolidação do Projeto Pedra de Ferro, com vistas à geração de valor sustentável.

(a) Aprovação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 15 de maio de 2026.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”).

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas políticas contábeis materiais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do ativo intangível, análises quanto às suas recuperabilidades nas operações, transações com pagamentos baseados em ações, avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e ajuste a valor presente.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas contábeis anualmente.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas do IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2. Declaração de relevância

Somente as informações relevantes às demonstrações contábeis estão sendo divulgadas, refletindo os critérios utilizados pela Administração na gestão das atividades da Companhia, em conformidade com a Orientação Técnica OCPC 07 do CPC, no Brasil.

2.3. Declaração de continuidade

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui os recursos necessários para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Essa avaliação considera o suporte financeiro contínuo do Grupo ERG, através do acionista controlador, Bahia Mineração S.A. (“BAMIN”), que tem assegurado a manutenção das operações da Companhia.

Dessa forma, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 Novas normas, interpretações e revisões emitidas

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. As seguintes normas foram revisadas e/ou propostas pelo IASB:

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O CPC, emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligadas, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Em setembro de 2024, o CPC emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Alterações
IFRS 18	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações
IFRS 9 e IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros
IFRS 9 e IFRS 7	Contratos Referenciados a Eletricidade Dependente de Condições Naturais

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 Novas normas, interpretações e revisões emitidas (continuação)

A Administração não espera que a adoção das normas listadas anteriormente tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Companhia em períodos futuros, exceto se indicado a seguir:

IFRS 18 – Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Contábeis

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduziu novas exigências para:

- Apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado.
- Apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras.
- Melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

2.5 Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"), que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais ("R\$") foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais incorridos nessas transações e na conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e outros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

Reconhecimento e desconhecimento

A Companhia classifica, mensura e reconhece seus ativos financeiros sob a categoria “mesurados ao custo amortizado”. A classificação de ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios adotado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Subsequentemente, serão mensurados pelo custo amortizado com base na taxa efetiva de juros.

Custo amortizado

Os ativos mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* diretamente no resultado.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos ativos financeiros registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob a categoria “passivos financeiros ao custo amortizado”. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6 Instrumentos financeiros (continuação)

Passivo financeiro ao custo amortizado

A Companhia classifica seus passivos financeiros, em sua totalidade, na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva. As despesas com juros, bem como os ganhos e perdas decorrentes de variações cambiais, são reconhecidos no resultado do exercício. A Companhia possui, substancialmente, obrigações com fornecedores, classificadas como passivos financeiros não derivativos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.8 Adiantamentos

Os adiantamentos a fornecedores são inicialmente reconhecidos como um ativo circulante da Companhia, uma vez que representam recursos financeiros que serão utilizados no curto prazo. Quando os bens ou serviços pelos quais os adiantamentos foram feitos são recebidos, o montante correspondente é apropriado do ativo para o resultado do exercício corrente.

2.9 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, do país em que a entidade atua e gera lucro tributável.

2.10 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais que envolvem a aquisição compulsória de propriedades pela Companhia para os fins de construção da infraestrutura e superestrutura da FIOLE 1, são instrumentos garantidores de que os proprietários dos imóveis receberão uma compensação justa pela propriedade desapropriada. Os depósitos judiciais são reconhecidos pelo valor justo no ativo não circulante, uma vez que a Companhia avalia que os processos de desapropriação permanecerão por um período superior a um ano sem a decisão judicial final.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.11 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os terrenos não são depreciados e a depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus respectivos valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Benfeitorias em bens de terceiros: de 4 a 5 anos;
- Equipamentos de tecnologia da informação: de 4 a 5 anos;
- Máquinas e equipamentos: de 5 a 10 anos; e
- Móveis e utensílios: de 5 a 10 anos.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.12 Direito de uso

Nos termos do CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconhece ativo de direito de uso e passivo de arrendamento na data de início dos contratos, exceto para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor, quando aplicável.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado ao custo e, subsequentemente, depreciado ao longo do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo, dos dois o menor.

Os pagamentos relativos a arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos diretamente no resultado.

2.13 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

2.14 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método de taxa de juros efetiva.

2.15 Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme previstos no estatuto social, quando aplicáveis, serão reconhecidos como passivo no encerramento do exercício social, em contrapartida ao patrimônio líquido, nos termos da legislação societária vigente.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.16 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à perdas por redução ao valor recuperável de ativos, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do direito de uso com vida útil definida e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes serão sempre as mais próximas possíveis, e raramente iguais aos respectivos resultados reais.

(a) Continuidade operacional

A Administração da Companhia elaborou suas demonstrações contábeis no pressuposto de continuidade das suas operações e considera em sua principal ação a intenção não vinculante do suporte financeiro de seu acionista controlador, enquanto a Companhia permanecer como subsidiária indireta da controladora final, garantindo assim que a liquidez esteja adequada e disponível para atender às obrigações contratuais e para obter recursos adicionais quando necessário. A ocorrência desses eventos, bem como dos eventos mencionados na nota 1, em sua plenitude e em um período apropriado são considerados julgamentos críticos pela Administração da Companhia.

(b) Perda (*impairment*) do direito de exploração da subconcessão

O direito de exploração da subconcessão é revisado anualmente para verificar se há indicativos de *impairment* ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Uma perda por *impairment* será reconhecida pela diferença entre valor contábil do ativo excedente e o valor recuperável verificado. Entretanto, não há indicadores de *impairment* identificados para a Companhia.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. *Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas (continuação)*

(c) **Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia**

Subconcessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de subconcessão da malha ferroviária. Os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e a Orientação OCPC 05 – “Contratos de Concessão”.

Os ativos decorrentes do contrato de subconcessão da malha ferroviária estão sob a ótica do CPC 06 (R2) / IFRS 16, onde, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito do uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor mensurado inicial do passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O Contrato de Subconcessão será extinto por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção da subconcessão, todos os bens serão revertidos para o Poder Concedente, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos e cessarão para a Companhia todos os direitos emergentes do Contrato de Subconcessão.

No final do Contrato de Subconcessão, os bens de propriedade da Subconcessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários para a continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados a Subconcessão, poderão, mediante declaração de reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme prevê o Contrato de Subconcessão.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas.

4. **Gestão de risco financeiro**

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a contas a pagar a fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro (continuação)

A Administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam o risco de taxa de juros

- Cenário atual e que é adotado pela Companhia: taxa do CDI em 14,90% em 31 de dezembro de 2025;
- Cenário II: Conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando uma redução de 25% na taxa do CDI, passando para 11,15%; e
- Cenário III: Ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a taxa do CDI utilizada nesse cenário é reduzida em 50%, passando para 7,45%.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade à taxa de juros e efeito no resultado em 31 de dezembro de 2025:

Instrumento/operação	CDI Provável	Risco	Cenário atual	Cenário II	Cenário III
Aplicação financeira	14,90%	Baixa do CDI	1.406	1.055	703

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pela Companhia. O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante os exercícios, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa com instituições financeiras de primeira linha e não limita sua exposição a uma instituição em particular.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função de prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data da demonstração contábeis e a data contratual do vencimento.

	Total em 31 de dezembro de 2025	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses
Fornecedores	12.226	12.226	-	-
	Total em 31 de dezembro de 2024	Menos de 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses
Fornecedores	30.866	30.866	-	-

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro (continuação)

(d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Periodicamente a Administração revisa a estrutura de capital da Companhia e sua capacidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação as obrigações de desempenho junto ao contrato de concessão, dentre outras atividades, tomando as ações julgadas como necessárias para assegurar seu equilíbrio financeiro.

A gestão de capital da Companhia compreende a aplicação de recursos em caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido. A companhia não possui dívidas com terceiros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresenta dívidas com empréstimos e financiamento com terceiros.

(e) Instrumentos financeiros por categoria e valor justo

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e transações entre partes relacionadas. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma liquidação ou venda forçada.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros, incluindo a sua forma de mensuração e os seus níveis na hierarquia do valor justo:

		2025	2024
Ativos	Categoria		
Caixa e equivalentes de caixa	Ao custo amortizado	923	2.009
		923	2.009
Passivos	Categoria		
Fornecedores	Ao custo amortizado	12.226	30.866
Partes relacionadas	Ao custo amortizado	1.306	2.446
		13.532	33.312

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Recursos em caixa	6	5
Depósitos bancários à vista	8	22
Aplicações financeiras de curto prazo	909	1.982
	923	2.009

Os títulos e valores mobiliários correspondem a aplicações financeiras em renda fixa, contratadas junto a instituições financeiras que operam no mercado nacional e em condições e taxas normais de mercado, com baixo risco de liquidez, remuneração média de 98,50% do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários em 31 de dezembro de 2025 (remuneração média de 102,83% do CDI em 31 de dezembro de 2024) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata e por essa razão foram classificados como equivalentes de caixa por atenderem aos requisitos no CPC 03 / IAS 7.

6. Tributos a recuperar

	2025	2024
IRRF ¹ sobre aplicações financeiras	138	3.906
PIS ² e COFINS ³ não cumulativo	8	9
Saldo negativo de IR ⁴ (i)	2.327	7.902
	2.473	11.817

(i) Corresponde ao saldo de imposto de renda a compensar decorrente de retenções de IRRF incidentes sobre rendimentos de aplicações financeiras, em período no qual a Companhia apurou prejuízo fiscal. A realização desse crédito ocorre por meio da compensação com outros tributos federais administrados pela Receita Federal do Brasil.

7. Despesas antecipadas

	2025	2024
Seguros de garantia	4.867	3.250
Seguros de infraestruturas	183	206
Seguros de responsabilidade cível	88	173
Outros seguros	30	50
	5.168	3.679

¹ Imposto de Renda Retido na Fonte.

² Programa de Integração Social.

³ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

⁴ Imposto de Renda.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Depósitos judiciais

	2025	2024
Desapropriações	3.471	3.961
Processos trabalhistas	13	-
	3.484	3.961

O saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 3.471 (2024, R\$ 3.961) refere-se a processos legais de desapropriações de áreas da faixa de domínio da FIOL 1.

9. Imobilizado

	Imobilizado em construção (i)	Benfeitorias	Outros	Total
Custo				
Em 1º de janeiro de 2024	263.507	1.840	3.222	268.569
Adições (ii)	195.114	-	84	195.198
Baixas	-	-	(487)	(487)
Em 31 de dezembro de 2024	458.621	1.840	2.819	463.280
Depreciação acumulada				
Em 1º de janeiro de 2024	-	(370)	(500)	(870)
Depreciação	-	-	115	115
Em 31 de dezembro de 2024	-	(740)	(851)	(1.591)
Saldo contábil				
Custo total	458.621	1.840	2.819	463.280
Depreciação acumulada	-	(740)	(851)	(1.591)
Em 31 de dezembro de 2024	458.621	1.100	1.968	461.689
Custo				
Em 1º de janeiro de 2025	458.621	1.840	2.819	463.280
Adições (ii)	78.434	-	1	78.435
Baixas	-	-	(86)	(86)
Em 31 de dezembro de 2025	537.055	1.840	2.734	541.629
Depreciação acumulada				
Em 1º de janeiro de 2025	-	(740)	(851)	(1.591)
Depreciação	-	(369)	(424)	(793)
Em 31 de dezembro de 2025	-	(1.109)	(1.275)	(2.384)
Saldo contábil				
Custo total	537.055	1.840	2.734	541.629
Depreciação acumulada	-	(1.109)	(1.275)	(2.385)
Em 31 de dezembro de 2025	537.055	731	1.459	539.244

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Conforme nota 1, sob o Contrato de Subconcessão da FIO L 1, a Companhia tem por obrigação a finalização da construção dos ativos que compõe a infraestrutura e superestrutura da malha ferroviária. Desta forma, a Companhia tem principalmente despendido seus recursos em: (a) obras iniciais de infraestrutura e superestrutura ferroviárias; (b) revisão dos projetos fundamentais de engenharia; (c) contratações de serviços de aprimoramento dos estudos e avaliações econômicas-financeiras do projeto de exploração da FIO L 1; e (d) manutenção e conservação da infraestrutura ferroviária concluída pelo Poder Concedente. Tais recursos despendidos e citados anteriormente compõe o ativo em andamento da Bahia Ferrovias. O prazo previsto em contrato para finalização das obras de construção da infraestrutura e superestrutura da malha ferroviária é de cinco anos da data da assinatura do contrato. A Bahia Ferrovias requereu a prorrogação das obrigações não financeiras junto à ANTT, referente aos investimentos com prazos determinados, com base na Lei. 14.273/2021 (“Lei das Ferrovias”). A Agência Nacional de Transportes Terrestres forneceu uma devolutiva sobre o tema, entendendo que o direito de prorrogação conferido pela Lei das Ferrovias aplica-se automaticamente às concessões, independentemente dos ajustes contratuais necessários.
- (ii) Em 2025 houve a adição de imobilizado no total de R\$ 78.434 (2024, R\$ 195.198). Do total de adições do exercício, R\$ 935 (2024, R\$ 935) representa adições de capitalização de gastos, sem efeito caixa, diretamente ligados à finalização da construção dos ativos que compõem a infraestrutura e superestrutura da malha ferroviária. Enquanto R\$ 77.499 (2024, R\$ 194.263) representam o total de adições do imobilizado com efeito caixa.

Análise da vida útil

Em 31 de dezembro de 2025, não houve alterações nas estimativas de vidas úteis adotadas para os ativos imobilizados. A Companhia revisa tais estimativas, no mínimo, anualmente.

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (“impairment”)

De acordo com o CPC 01 / IAS 36, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Com base nas análises realizadas, não foi necessário reconhecer nenhuma provisão de *impairment* no exercício.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Direito de uso

	Outorga da subconcessão (ii)	Outros	Total
Custo			
Em 1º de janeiro de 2024	32.730	-	32.730
Em 31 de dezembro de 2024	32.730	-	32.730
Amortização acumulada			
Em 1º de janeiro de 2024	(2.182)	-	(2.182)
Amortização (i)	(935)	-	(935)
Em 31 de dezembro de 2024	(3.117)	-	(3.117)
Saldo contábil			
Custo total	32.730	-	32.730
Amortização acumulada	(3.117)	-	(3.117)
Em 31 de dezembro de 2024	29.613	-	29.613
Custo			
Em 1º de janeiro de 2025	32.730	-	32.730
Adições	-	880	794
Em 31 de dezembro de 2025	32.730	880	33.610
Amortização acumulada			
Em 1º de janeiro de 2025	(3.117)	-	(3.117)
Amortização (i)	(935)	-	(935)
Em 31 de dezembro de 2025	(4.052)	-	(4.052)
Saldo contábil			
Custo total	32.730	880	33.610
Amortização acumulada	(4.052)	-	(4.052)
Em 31 de dezembro de 2025	28.678	880	29.558

(i) O valor amortizado em 2025 é de R\$ 935 (2024, R\$ 935). A amortização é com base no período de uso concedido a Bahia Ferrovia que é de 35 anos. Os valores referentes a amortização do Contrato de Subconcessão da FIO1, são capitalizados.

(ii) A obrigação associada à Outorga do Contrato de Subconcessão da FIO1, foi integralmente liquidada em pagamento único em agosto de 2021, não havendo assim passivo sobre esse direito de uso.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

	Softwares	Total
Custo		
Em 1º de janeiro de 2024	207	207
Adições	99	99
Em 31 de dezembro de 2024	306	306
Amortização acumulada		
Em 1º de janeiro de 2024	(34)	(34)
Amortização	(46)	(46)
Em 31 de dezembro de 2024	(80)	(80)
Saldo contábil		
Custo total	306	306
Amortização acumulada	(80)	(80)
Em 31 de dezembro de 2024	226	226
Custo		
Em 1º de janeiro de 2025	306	306
Adições	1	1
Em 31 de dezembro de 2025	307	307
Amortização acumulada		
Em 1º de janeiro de 2025	(80)	(80)
Amortização	(62)	(62)
Em 31 de dezembro de 2025	(142)	(142)
Saldo contábil		
Custo total	307	307
Amortização acumulada	(142)	(142)
Em 31 de dezembro de 2025	165	165

Análise da vida útil

Em 31 de dezembro de 2025, não houve alterações nas estimativas de vidas úteis adotadas para os ativos intangíveis. A Companhia revisa tais estimativas, no mínimo, anualmente.

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado ("impairment")

De acordo com o CPC 01 / IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Com base nas análises realizadas, não foi necessário reconhecer nenhuma provisão de *impairment* no exercício.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedor no mercado interno	12.226	30.866

Os saldos de fornecedores referem-se, substancialmente, a obrigações assumidas junto a parceiros comerciais da Companhia, diretamente envolvidos nas atividades de projeto, execução, acompanhamento e manutenção das obras de infraestrutura e superestrutura ferroviárias da FIOL 1.

Nos períodos divulgados, a Companhia não possuía acordos de financiamento com fornecedores, tampouco operações com características de financiamento de fornecedores.

13. Obrigações tributárias e sociais

	2025	2024
Participação nos resultados	2.307	2.495
Provisão de férias	752	1.457
Tributos retidos sobre serviços	499	1.825
Tributos sobre obrigações trabalhistas	290	614
Outros	25	-
	3.873	6.391

14. Partes relacionadas

(a) Transações e saldos

	2025	2024
Bahia Mineração S.A.	1.306	2.446

Em 31 de dezembro 2025, o saldo passivo de R\$ 1.306 (2024, R\$ 2.446) com partes relacionadas, decorre de contrato firmado especificamente para reembolso de despesas gerais e administrativas relacionadas ao compartilhamento de recursos materiais e humanos, incorridos pelo seu acionista controlador BAMIN. O contrato foi assinado em 3 de setembro de 2021, renovado automaticamente em 2022, 2023, 2024 e 2025, e não contempla incidência de encargos financeiros.

Todas as operações realizadas foram efetuadas de acordo com as condições normais de mercado. As principais transações mantidas entre a Companhia, empresas ligadas e seus acionistas referem-se à prestação de serviços, serviços compartilhados e aluguéis.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia realizou despesas de R\$ 4.548 a título de remuneração do pessoal-chave da Administração, que são os diretores da Companhia, referente ao período janeiro até dezembro (2024, R\$ 7.975).

- Remuneração fixa: R\$ 2.599 (2024, R\$ 4.551).
- Participação nos resultados: R\$ 1.634 (2024, R\$ 2.889).
- Benefícios (plano de saúde, previdência privada, entre outros): R\$ 315 (2024, R\$ 535).

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Partes relacionadas (continuação)

Remuneração por cargo

Em 2025

Cargo	Remuneração fixa	Participação nos resultados	Benefícios	Total
Diretores	2.599	1.634	315	4.548

Em 2024

Cargo	Remuneração fixa	Participação nos resultados	Benefícios	Total
Diretores	4.551	2.889	535	7.975

Distribuição por tipo de remuneração

- Remuneração fixa: 57% do total (2024, 57% do total).
- Participação nos resultados: 36% do total (2024, 36% do total).
- Benefícios: 7% do total (2024, 7% do total).

15. Provisões para contingências

	2025	2024
Trabalhistas	182	-

Foram constituídas provisões para litígios trabalhistas classificados como de perda provável, mensuradas com base na melhor estimativa dos desembolsos esperados na data do balanço, fundamentada na avaliação da Administração e em pareceres de assessores jurídicos, em conformidade com o CPC 25 / IAS 37.

Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados

A Companhia identificou passivos contingentes associados a quatro autuações lavradas pela ANTT por supostas infrações, resultando em multas devido ao não cumprimento de cláusulas estipuladas no contrato de subconcessão da FIO1. Após uma análise realizada pelos assessores jurídicos da Companhia, concluiu-se que não era apropriado provisionar valores para estes processos, uma vez que as perdas esperadas foram consideradas apenas possíveis. O montante total envolvido nestes processos é estimado em aproximadamente R\$ 1.134 (2024, R\$ 903).

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados (continuação)

A Companhia identificou um passivo contingente relacionado à prorrogação das obrigações não financeiras da Bahia Ferrovias junto à ANTT. O pedido de extensão do prazo contratual fundamentou-se no artigo 65 da Lei nº 14.273/2021 (“Lei das Ferrovias”), que trata dos investimentos com prazos determinados. Em resposta, a ANTT reconheceu que o direito de prorrogação conferido pela Lei das Ferrovias aplica-se automaticamente às concessões, independentemente de ajustes contratuais. Após diversas tratativas administrativas entre as partes, diante da divergência de posicionamento entre a ANTT e a Companhia quanto a incidência do Acréscimo à Outorga decorrente da postergação das obrigações não financeiras com base na referida norma, em 31 de março de 2025, foi firmado, unilateralmente, o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Subconcessão, prorrogando os prazos para conclusão de obrigações não financeiras assumidas pela Subconcessionária por ocasião da celebração do Contrato de Subconcessão, com previsão de eventual incidência de Acréscimo à Outorga, caso os investimentos com prazo determinado não sejam concluídos nos prazos originalmente estabelecidos no Caderno de Obrigações do Contrato de Subconcessão da FIOL 1. Neste sentido, após análise realizada pelos assessores jurídicos da Companhia, concluiu-se que o prognóstico de perda avaliado é possível. Adicionalmente, diante da ausência de definição sobre a modelagem e métrica para mensuração de eventual Acréscimo à Outorga até o momento, não é possível avaliar eventuais impactos financeiros decorrentes da discussão do tema.

Adicionalmente, a Companhia também identificou passivos contingentes associados a processos judiciais, envolvendo ações indenizatórias com perdas esperadas consideradas possíveis, em montante total estimado em aproximadamente R\$ 11.042 (2024, R\$ 2.379).

16. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social autorizado está representado por 639.501.851 (seiscentos e trinta e nove milhões, quinhentos e um mil, oitocentos e cinquenta e um) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, cujo valor totalmente integralizado corresponde à R\$ 639.502.

(b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Ao longo do exercício de 2025, a Companhia recebeu de seu acionista controlador, BAMIN, o montante de R\$ 138.831 (2024, R\$ 30.300), por meio de transferência bancária, a título de adiantamento para futuro aumento de capital social. O aporte teve como objetivo fortalecer sua estrutura patrimonial e financiar suas atividades operacionais.

Conforme deliberado, parte do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital social foi utilizada para integralização de aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$ 44.000 (2024, R\$ 0). Dessa forma, o capital social passou a ser de R\$ 639.502 (2024, R\$ 595.502). O saldo remanescente, no montante de R\$ 125.131 (2024, R\$ 30.300), permanece registrado no patrimônio líquido e será objeto de deliberação futura pela BAMIN.

(c) Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não auferiu lucros e não distribuiu dividendos.

(d) Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a totalidade (100%) da composição acionária era detida pela Bahia Mineração S.A.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Salários, férias, 13º salário e encargos	24.175	34.164
Consultorias, assessorias e serviços gerais	24.549	25.084
Arrendamentos de curto prazo	3.351	4.349
Tributos	1.033	776
Depreciações e amortizações	853	882
Viagens, estadias e eventos corporativos	508	986
Provisões para contingências	182	-
Outros	1.941	2.338
	56.592	68.579

18. Outras receitas (despesas), líquidas

	2025	2024
Receita alternativa da concessão, líquida	91	-
Custo com venda de imobilizado, líquido	-	(24)
	91	(24)

19. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Receitas de aplicação financeira	750	10.394
Atualizações monetárias	594	1.243
Outras receitas financeiras	62	11
	1.406	11.648
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(68)	(76)
	(68)	(76)
	1.338	11.572

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Prejuízo por ação

Básico e diluído

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Já o prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

	2025	2024
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(55.163)	(57.031)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	635.403.221	595.501.851
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	(0,09)	(0,10)

21. Seguro

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros, para os bens sujeitos a riscos relevantes, por montantes julgados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos cobertos nas apólices de seguros, as especificações por modalidade de risco e o limite máximo de indenização está sendo demonstrada na tabela abaixo:

Modalidade	Limite máximo de indenização (em R\$)
Responsabilidade civil para diretores e administradores	80.000.000
Seguro garantia	394.598.271
Risco de engenharia	292.928.804
Responsabilidade civil geral e obras	50.000.000
Responsabilidade civil ambientais obras	15.000.000
Compreensivo empresarial	5.816.797
Aeronáutico	756.096

Notas explicativas as demonstrações contábeis

31 de dezembro 2025

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Evento subsequente

Em 9 de março de 2026, o Grupo de Trabalho, instituído pelo Ministério dos Transportes, apresentou recomendações de ações à ANTT, bem como propostas de encaminhamento sobre a execução do Contrato de Subconcessão da FIO L 1. A Companhia aguarda a definição do Poder Concedente quanto ao modelo regulatório a ser adotado. Até o momento, não há prazo definido para a apresentação dessa definição. Assim, não é possível, por ora, mensurar os eventuais impactos financeiros decorrentes da discussão acerca de possível Acréscimo à Outorga, bem como da recomendação de remodelagem do Contrato de Subconcessão da FIO L 1.

Composição da Diretoria e Contador Responsável Técnico

31 de dezembro de 2025

Diretoria

Eduardo Ledsham

Eduardo Ledsham
Diretor

Pedro Machado

Pedro Machado
Diretor

Veronica Dittebrandt

Veronica Dittebrandt
Diretora

Responsável Técnico

Rilson Cruz

Rilson Cruz
Contador
CRC BA 036891/O-5

Declaração da Diretoria sobre as demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025

Declaração sobre as demonstrações contábeis

Declaramos, na qualidade de Diretores responsáveis por fazer elaborar as demonstrações contábeis da Bahia Ferrovias, que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Eduardo Ledsham
Diretor

Pedro Machado
Diretor

Veronica Dittebrandt
Diretora

Declaração da Diretoria sobre o relatório dos auditores independentes

31 de dezembro de 2025

Declaração sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de Diretores responsáveis por fazer elaborar as demonstrações contábeis da Bahia Ferrovias, que reviram e discutiram o conteúdo do relatório dos auditores independentes relativo às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e informamos que concordamos integralmente com as opiniões nele expressas.

Eduardo Ledsham
Diretor

Pedro Machado
Diretor

Veronica Dittebrandt
Diretora



www.bamin.com.br